



ASSALTO AOS COFRES PÚBLICOS

O que deveria ser **CRIMINALIZADO** está sendo **PREMIADO**

E VOCÊ É QUE VAI PAGAR A CONTA

Mobilize-se contra projetos que querem “legalizar” doação de dinheiro público para bancos: PL 3.877/2020, PL 9.248/2017 e PLP 112/2019, que também trata da autonomia do Banco Central, tal como o PLP 19/2019. Pressione parlamentares para rejeitar esses projetos!

RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS E A QUEDA DO PIB, A QUEBRA DE EMPRESAS E O AUMENTO DO DESEMPREGO

No Brasil, o Sistema da Dívida tem destinado grandes volumes de recursos públicos principalmente para o setor financeiro e grandes rentistas e não tem servido para financiar os investimentos de interesse da sociedade, que paga a conta da chamada dívida pública.

Dentre os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida, sobressai a remuneração da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central.

Como falamos em capítulos anteriores, essa operação tem

sido feita de forma ilegal, mediante o ABUSO das Operações Compromissadas realizadas pelo Banco Central, que utiliza títulos públicos para justificar a remuneração aos bancos. O PL 3.877/2020 visa “legalizar” isso.

Esse ABUSO na utilização das “Operações Compromissadas” tem provocado graves danos ao país,

pois além de ter custado R\$ 1 trilhão aos cofres públicos nos últimos 10 anos, gera escassez de moeda na economia (pois o dinheiro que deveria ser emprestado à sociedade fica retido no Banco Central, rendendo juros somente aos bancos) e provoca elevação brutal das taxas de juros de mercado.

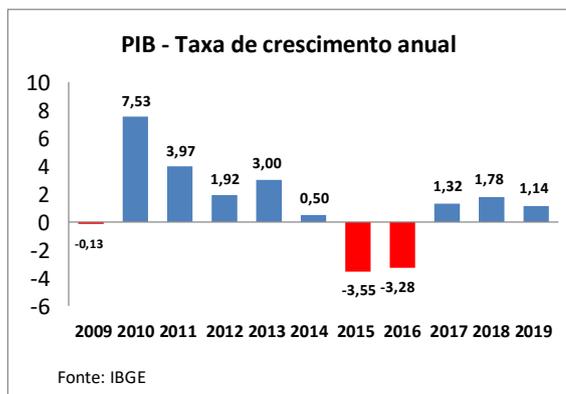


RELAÇÃO DIRETA ENTRE O ABUSO DAS “OPERAÇÕES COMPROMISSADAS” E A QUEDA DO PIB

Em 2009, justamente quando pela primeira vez o volume das Operações Compromissadas chegou a quase meio trilhão de reais, o **PIB despencou e ficou negativo**, sendo que nos 2 anos anteriores havia crescido 6% em 2007 e 5% em 2008.

Em 2014 o volume dessas operações disparou até alcançar R\$ 1 trilhão em janeiro de 2016, movimento

combinado com a elevação da Selic até 14,25%! A escassez de moeda



provocada por **esse abuso derubou o PIB em cerca de 7%**, pois milhares de empresas quebraram por falta de acesso a crédito e o desemprego bateu recorde. **A CRISE FABRICADA que atravessamos desde 2014** está diretamente ligada a essa operação, como mostramos em recente vídeo da campanha **É HORA DE VIRAR O JOGO** (<https://bit.ly/3p3vIT4>) e artigo (<https://bit.ly/38kEiBQ>).

O PIB per capita - soma de todos os produtos e serviços produzidos no país em um ano dividido pelo número de habitantes - caiu fortemente, justamente por causa dessa crise fabricada. **Em 2019 o PIB per capita foi 7,35% inferior ao de 2013**, seis anos antes, o que é um desastre em termos de renda, emprego, arrecadação tributária e vários outros aspectos.

Em 2020 o PIB está caindo mais ainda, pois além de todos os nocivos efeitos da pandemia sobre a economia, **o volume das “Operações Compromissadas” chegou a su-**

perar R\$1,7 trilhão no mês de setembro! Esse abuso das “compromissadas” aprofunda a crise econômica, pois a moeda que deveria estar nos bancos, disponível para empresas e pessoas a juros baixos, fica depositada no Banco Central rendendo juros somente aos bancos.

Em vários países, inclusive os EUA, quando a economia reduz seu ritmo de crescimento, o governo aumenta seus investimentos para gerar empregos, e o Banco Central injeta dinheiro nos bancos para que eles emprestem às empresas e pessoas a juros baixos ou negativos, movi-

mentando a economia. No Brasil, o governo tem feito o contrário: além de drástico corte de investimentos públicos, o Banco Central tem provocado escassez de moeda e elevado os juros de mercado, fabricando e aprofundando a crise econômica!

A crise fabricada por essa política monetária suicida do Banco Central tem servido de justificativa para inúmeras medidas restritivas como o teto de gastos (Emenda Constitucional 95), as privatizações e contrarreformas trabalhista, previdência e administrativa, entre outras.

AUMENTO DAS “COMPROMISSADAS” E APROFUNDAMENTO DA CRISE FABRICADA

Durante a pandemia, os efeitos nocivos da remuneração da sobra de caixa dos bancos ficaram evidentes: **centenas de milhares de empresas de todos os ramos fecharam as portas por falta de crédito, apesar de o Banco Central ter liberado R\$1,2 trilhão aos bancos** a partir de 23/03/2020, como ilustrado no Capítulo 2 desta triste novela. **Nos primeiros 9 meses de**

2020, a chamada “Dívida Bruta do Governo Geral” cresceu R\$ 1,033 TRILHÃO. No mesmo período as “Operações compromissadas” cresceram R\$ 667 bilhões. Outros fatores que influenciaram o crescimento da dívida no período foram a incidência de juros (R\$ 245 bilhões), que estão sendo pagos à base de 9% ao ano, ou seja, mais de 4 vezes superior à

Selic, e o aumento da cotação do dólar sobre as dívidas externa e interna medidas em reais (R\$ 139 bilhões).

Assim, está mais do que evidente que o problema da “explosão” do estoque da dívida está principalmente no volume abusivo das “Operações Compromissadas” e no custo excessivo do Sistema da Dívida, e não nos gastos com a pandemia ou com servidores públicos.

A MÁSCARA DO DEPÓSITO VOLUNTÁRIO REMUNERADO

A remuneração da sobra de caixa dos bancos continuará ocorrendo da mesma forma nociva com os “Depósitos Voluntários Remunerados” que o PL 3.877/2020 cria, **porém, há risco de que a remuneração seja ainda maior!**

O texto vergonhosamente aprovado pelo Senado deixa **SEM LIMITE** o juro dessa remuneração parasita aos bancos. Qual fato econômico justifica essa remuneração que tem sido tão nociva para economia brasileira?

A crise fabricada e aprofundada agora em 2020 por tais práticas tem



sido usada pelo governo e analistas neoliberais como justificativa para mais

cortes de gastos sociais e investimentos, aceleração de privatizações insanas e contrarreformas como a administrativa (PEC 32), que retira mais direitos da classe trabalhadora e desmonta a estrutura do Estado brasileiro.

Defender a “legalização” da remuneração da sobra de caixa dos bancos sem limite é privilegiar o setor que já lucrou mais de R\$100 bilhões no primeiro semestre de 2020, enquanto falta dinheiro para o auxílio emergencial e demais investimentos sociais, e a economia afunda!

NÃO AO PL 3.877/2020!



PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil

■ Telefone: (61) 2193-9731 ■ E-mail: contato@auditoriacidadada.org.br ■ <http://www.auditoriacidadada.org.br/>

Estamos também nas Redes Sociais:



@auditoriacidadada.pagina



@auditoriacidadabr



@auditoriacidadada



@AuditoriaCidada



PODCAST

NOVEMBRO / 2020